



28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGET
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
TEMA 2015
Otimização de Recursos e Desenvolvimento



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NAS FORÇAS ARMADAS: UM ESTUDO NA MARINHA DO BRASIL

ROMERO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO
romeroalbuquerque@bol.com.br
UNINOVE

NORBERTO STORI
nstori@uol.com.br
MACKENZIE

Resumo: As Forças Armadas apresentam características comuns às demais organizações da administração pública, mas também especificidades que lhe são peculiares, como as operações militares. Ao desenvolverem práticas de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental utilizam estratégias visando à inserção em espaços sociais não comumente ocupados por eles. A presente pesquisa tem como objetivo mapear o interesse das Organizações Militares da Marinha do Brasil a respeito da temática socioambiental, por meio da análise das práticas socioambientais e representações sociais dos militares. A análise tem como fio condutor a Sociologia Reflexiva de Pierre Bourdieu e as contribuições teóricas de Mary Douglas sobre representações sociais. Os resultados obtidos indicam que as práticas socioambientais realizadas pelos militares possuem enfoques filantrópicos e ambientais, e estão relacionadas às atividades isoladas em algumas organizações militares, não sendo a totalidade da Força Armada. A pesquisa conclui que a falta de divulgação e mensuração das atividades socioambientais realizadas pelos militares são entraves para o desenvolvimento sustentável, mesmo sabendo que os militares possuem prestígio e respeito junto à população. As atividades em prol da sociedade realizada pelos militares demonstram a seriedade, o respeito, a probidade, a dedicação e o profissionalismo, exercido pelos militares da Marinha, no exercício das suas funções constitucionais e de Responsabilidade Socioambiental.

Palavras Chave: Responsabilidade - Sustentabilidade - Organização Militar - Marinha - Sociedade



28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGET
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
TEMA 2015
© Inovação de Recursos e Desenvolvimento



1. INTRODUÇÃO

A preocupação ambiental vem sendo tratada no âmbito internacional desde a realização da Conferência de Estocolmo em 1972, ganhando destaque na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-92), onde a proposta da sustentabilidade foi consolidada como diretriz para a mudança de rumo no desenvolvimento, com a aprovação da Agenda 21. Desde então, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser um referencial para todos os países (COSTA *et al.*, 2012).

Na Conferência de Estocolmo foi estabelecida uma agenda ambiental patrocinada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Foi uma agenda multilateral que determinou as ações para as décadas seguintes a fim de solucionar os problemas ambientais vigentes: a proteção da fauna silvestre, a contaminação e o tratamento das águas, a contaminação do ar, a eliminação e tratamento dos resíduos sólidos.

A RIO 92 ou ECO 92 veio reforçar os princípios do desenvolvimento sustentável e possibilitou a emissão de importantes declarações e tratados firmados pelos 113 países participantes. Além disso, motivou a incorporação de temas da proteção ambiental em diversos setores e segmentos da sociedade brasileira, dentre eles, as Forças Armadas (FA) do Brasil.

De acordo com Simões (2010), o Estado brasileiro, de uma forma geral, vem desenvolvendo projetos de responsabilidade social, sem prejuízo quanto à objetividade da missão institucional de seus órgãos. Neste contexto Jacobi (2005) registra que a incorporação do marco ecológico nas decisões e instituições políticas implica reconhecer que as consequências ecológicas do modo como a população utiliza dos recursos do planeta estão associadas ao modelo de desenvolvimento.

No âmbito governamental a sustentabilidade pode ser um diferencial da nova gestão pública, onde os administradores passam a serem os principais agentes de mudança, por intermédio de pequenas ações diariamente, como por exemplo, o uso eficiente da água e da energia, a coleta seletiva, o consumo responsável de produtos e serviços, entre outros, contribuem para este processo.

A administração pública, principalmente as Forças Armadas (FA), tem sido freqüentemente omitida nas pesquisas sobre desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental, o que gera uma lacuna na literatura científica. Todavia, a administração pública além de ser uma grande consumidora de bens e serviços, é responsável por colocar em prática as políticas públicas.

As FA brasileiras são constituídas por Marinha, Exército e Aeronáutica, instituições nacionais permanentes e regulares que possuem missão definida pela Constituição Federal. As três armas são encarregadas da defesa nacional externa e podem realizar intervenções internas para garantir a lei e a ordem.

De acordo com a Lei Complementar nº 97/99, as FA podem, ainda, realizar ações subsidiárias que completam o esforço nacional de desenvolvimento, como por exemplo: apoio de saúde às comunidades ribeirinhas da Amazônia pela Marinha, construção de ferrovias pelo Exército, e o serviço de Correio Aéreo Nacional (CAN) pela Aeronáutica (COSTA, 2005).

Ao desenvolverem práticas de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, as FA utilizam estratégias visando à inserção em espaços sociais não comumente ocupados por elas. A presente pesquisa tem como objetivo mapear o interesse das Organizações Militares da Marinha do Brasil a respeito da temática socioambiental, por meio da análise das práticas socioambientais e representações sociais dos militares.



28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGET
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
TEMA 2015
Otimização de Recursos e Desenvolvimento



O artigo está organizado, além desta introdução, em uma base teórica sobre desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e responsabilidade socioambiental. Em seguida apresenta os procedimentos metodológicos, os dados da pesquisa, a análise dos resultados e por último as considerações finais do estudo.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A preocupação pública pelos problemas de deterioração ambiental vem crescendo desde meados da década de 1960, quando começa a revolução ambiental norte-americana, expandindo-se para os outros países desenvolvidos na década de 1970 e culminando na década de 1980, quando atinge os países da América Latina e os demais continentes em desenvolvimento (VIOLA, 1992).

Como resultado dessa preocupação, emerge e desenvolve-se uma série de iniciativas de diversos atores sociais, que representam o movimento ambientalista global, o qual, com o passar do tempo, se transformou num movimento multissetorial capilarizado. Isto permitiu que o antigo debate dos anos 1970, que de certa forma tinha pensado isoladamente as questões ambientais e de desenvolvimento, fosse substituído por outro mais convergente e otimista, preocupado fundamentalmente com a questão de como alcançar um desenvolvimento sustentável (VIOLA e LEIS, 1995).

A I Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo (1972), estabelece a origem de um processo de gestão planetária dos problemas ambientais — como a criação do Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente — ou de âmbito nacional ou regional, no qual a poluição urbana, industrial, de rios e oceanos, entre outras, passa a mobilizar não só especialistas, mas diferentes agrupamentos sociais originários de estratos de comunidades locais.

A proposição de que é necessário e possível intervir e direcionar o processo de desenvolvimento econômico, de modo a conciliar eficiência econômica, desejabilidade social e prudência ecológica, passa a ter uma aceitação generalizada, sendo este processo denominado desenvolvimento sustentável.

Entretanto, de forma previsível, existem as divergências, principalmente no que concerne aos mecanismos dessa intervenção. Tais divergências estão relacionadas especialmente ao entendimento do aparente paradoxo entre crescimento econômico e meio ambiente. As dificuldades desse entendimento revelam-se não apenas nas incontáveis definições de desenvolvimento sustentável, mas, principalmente, nas diferenças de interpretação de uma mesma definição. No Relatório *Brundtland* (CMMAD, 1991:46), por exemplo, ele é definido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”.

A expressão desenvolvimento sustentável reforça a relação entre economia, tecnologia, sociedade e política chamando atenção para uma nova postura que leve em conta a ética em relação à preservação ambiental. Apesar das críticas ao conceito de desenvolvimento sustentável, devido ainda não se ter uma definição precisa deste, trata-se de um avanço, uma vez que considera a complexa relação entre desenvolvimento e o meio ambiente numa variedade de áreas, destacando a sua pluralidade, diversidade, multiplicidade e heterogeneidade (JACOBI, 2006).

Tendo em vista as dificuldades em definir e interpretar a expressão desenvolvimento sustentável, nessa pesquisa adotaremos como referência o conceito de desenvolvimento de Amartya Sen - “o desenvolvimento como liberdade” -, o aumento da capacidade de as pessoas fazerem escolhas, inclusive em relação ao meio ambiente. Para o autor, o “desenvolvimento



28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGET
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
TEMA 2015
Otimização de Recursos e Desenvolvimento



tem que estar relacionado, sobretudo, com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e desimpedida, mas permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo” (SEN, 2000:29).

Neste contexto desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações sociais (CMMAD, 1991). Nesse sentido, a palavra sustentabilidade ganha uma dimensão maior, e se torna um dos principais temas de discussão no dia-a-dia das empresas e na academia.

De acordo com Rezende e Santos (2006), a adesão das empresas à sustentabilidade, equivale a um compromisso com a integridade do meio ambiente e com os princípios da responsabilidade social. Isso diz respeito à aderência das organizações a um projeto de comprometimento social.

3. RESPONSABILIDADE SOCIAL

O princípio da responsabilidade social baseia-se na premissa de que as organizações são instituições sociais que existem com autorização da sociedade, utilizam os recursos da sociedade e afetam a qualidade de vida da sociedade (MAXIMIANO, 2006).

Na revisão do conceito de responsabilidade social, Godói-de-Souza *et al.*(2009) concluem que primeiramente a responsabilidade social organizacional era sinônimo de caridade, visão influenciada pelo aporte das entidades religiosas. Com o transcorrer do tempo, as práticas de responsabilidade social se transformaram em formas mais assertivas de pensar os problemas sociais, o que foi conceituado como filantropia organizada.

Assis (2010) registra que após a II Guerra Mundial a discussão sobre responsabilidade social é direcionada às definições de responsabilidade da organização junto à sociedade, através do interesse legislativo em regulamentar as corporações. As crises econômicas, a guerra e as degradações ambientais atribuídas ao processo produtivo levaram a sociedade a pressionar as organizações que, de alguma forma, estavam ligadas a estes fatores. Pressões políticas e públicas favorecem a concepção mais concreta do conceito de responsabilidade social.

Archie Carroll definiu, em 1979, que a responsabilidade social empresarial abrange a expectativa econômica, legal, ética e discricionária (filantrópica) que a sociedade tem da organização em um determinado momento no tempo (CARROLL; BUCHHOLTZ, 2006, p.35). Nesse contexto, Carroll dividiu a responsabilidade social da organização em quatro dimensões (CARROLL; BUCHHOLTZ, 2006, p.35-37):

- A responsabilidade econômica envolve as obrigações da organização em produzir bens e serviços que a sociedade deseja e vendê-los a um preço justo, mas que haja lucro suficiente para a perpetuação da empresa em longo prazo e ampliação dos ganhos dos investidores.
- A responsabilidade legal corresponde às expectativas da sociedade de que as organizações cumpram suas obrigações de acordo com as legislações existentes.
- A responsabilidade ética refere-se a que as organizações tenham um comportamento de acordo com as normas, padrões e expectativas da sociedade.



28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGET
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
TEMA 2015
Otimização de Recursos e Desenvolvimento



- A responsabilidade discricionária (filantrópica) reflete a expectativa da sociedade de que as organizações participem voluntariamente de atividades sociais não exigidas pela lei ou pela ética, através da filantropia:

O termo filantropia, de origem religiosa, trata a ideia de que a qualidade de vida da sociedade depende do grau com o qual cada um de seus integrantes genuinamente se preocupa com o bem-estar de seu próximo. A filantropia seria a ação ou a atitude daqueles que são solidários, expressando-se sob a forma de doação ou caridade (FERREIRA, 1977).

Já Rothgiesser (2004) define filantropia como investimento de uma empresa em ações pontuais periódicas, como campanhas de arrecadação de bens e alimentos, assim como as doações de ordem material e/ou financeira. Comumente não obedecem a um processo sistematizado de atuação social e sim reativo, em momentos de maior demanda da sociedade.

Neste estudo adotaremos filantropia como uma ação de caridade dirigida à comunidade, desvinculada do planejamento estratégico da empresa. A responsabilidade social preconiza que as empresas possuem deveres para com a sociedade (SANTOS, 2003).

De acordo com o Instituto Ethos, responsabilidade social é uma forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da organização com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a diminuição das desigualdades sociais (GONÇALVES, 2006, p.5).

Para Young (2004), as organizações têm co-responsabilidade na solução dos problemas sociais e ambientais, pois têm poder político e habilidade de mobilizar recursos financeiros e tecnológicos para desenvolverem ações que podem ser replicadas pelos outros atores sociais. Nesse sentido emerge a responsabilidade socioambiental.

4. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Responsabilidade Socioambiental pode ser definida como “a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas”, ou seja, as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e um ambiente mais limpo (ATP, 2011).

As organizações que se envolvem em projetos de responsabilidade socioambiental estão dispostas a integrar os valores do desenvolvimento sustentável na sua gestão. Deste modo, as organizações “responsáveis” não trabalham apenas para satisfazer as suas próprias necessidades, mas também para o bem-estar da sua geração e das gerações futuras (ATP, 2011).

Ser socialmente responsável não se restringe ao cumprimento de todas as obrigações legais, implica ir mais além através de um maior investimento em capital humano, no ambiente e nas relações com outras partes interessadas e comunidades locais (ATP, 2011).

A Responsabilidade Socioambiental pode ser considerada uma ferramenta para o desenvolvimento humanitário, além de, uma oportunidade de negócios na esfera empresarial, incitando o uso gradual das organizações em prol da sociedade. Na esfera das organizações não empresariais, o trabalho social, em uma primeira análise, não estaria relacionado à oportunidade de converter as demandas sociais em oportunidade de negócio, visto que o objetivo principal delas não é o lucro. A responsabilidade socioambiental estaria, neste caso, relacionada ao voluntarismo, direcionado a projetos sociais, projetos construtivos, cujo compromisso ético, moral e social coadunam para o melhoramento da imagem de uma



28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGET
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
TEMA 2015
Otimização de Recursos e Desenvolvimento



organização. Além disso, o voluntarismo usufrui de princípios os quais asseguram a capacidade de assimilar o crescimento e processá-lo de forma lógica e coerente, agregando valor ético e moral (MIRANDA *et al.*, 2013).

As práticas sustentáveis podem ser direcionadas para o público interno e para o público externo, desta forma, a organização estaria não somente agindo em prol dos seus funcionários, mas da sociedade local, conseqüentemente contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

5. METODOLOGIA

A análise dos dados desta pesquisa tem como fio condutor a Sociologia Reflexiva de Pierre Bourdieu e as contribuições teóricas de Mary Douglas sobre representações sociais.

Para Bourdieu, o cientista possui um grande papel na sociedade. Cabe a ele destruir as pré-noções e o senso comum, buscando elaborar novas maneiras de compreender suas instituições, suas relações, seu modo de vida, sua sociedade e a si próprio.

A sociologia reflexiva de Bourdieu significa a constante vigilância em relação ao cientista como ser produtor de conhecimento, em relação ao próprio campo científico e ao objeto de estudo, que deve ser trabalhado em todas as suas nuances até a exaustão.

Nesta pesquisa serão considerados os conceitos de “espaço social”, “campo” e de *habitus*. Bourdieu afirma que as variáveis não devem ser analisadas isoladamente, mas consideradas dentro de um amplo contexto, percebendo as relações existentes. Uma pesquisa que ignora “o mundo relacional” possui limitações, já que o “real é relacional”. De acordo com Bourdieu, “Se é que o real é relacional, pode acontecer que eu nada saiba de uma instituição acerca da qual se julga saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo.” (BOURDIEU, 1989, p. 31).

A noção de campo, por sua vez, busca englobar – para além da esfera da sociedade – o campo de produção (de mercadorias ou de cultura) como espaço social de relações, como um universo relativamente autônomo de relações práticas. Já o *habitus* é um conjunto de conhecimentos adquiridos, são disposições incorporadas ao longo do tempo. Através deste conceito Bourdieu desejava evidenciar as capacidades criadoras, ativas, inventivas do *habitus* e do agente, que não seriam contempladas pela noção comum de “hábito”. Este poder criador não é o de um espírito universal ou de uma natureza, mas sim o de um agente em movimento, em ação. Na lógica de Bourdieu há uma relação de mão dupla entre as estruturas objetivas (campo) e as estruturas subjetivas (*habitus*) (BOURDIEU, 1989; BOURDIEU, 2002a; BOURDIEU, 2002b; BOURDIEU, 2004).

A Sociologia Reflexiva de Bourdieu serve de base para identificar e analisar as variáveis envolvidas na construção do discurso dos militares a respeito da responsabilidade socioambiental e sustentabilidade, além de seu *habitus* em relação às questões ambientais.

Acrescido as reflexões propostas por Bourdieu será levado em consideração, também, as contribuições de Mary Douglas que auxiliará na busca pela compreensão de influências das instituições sobre o indivíduo, ao propor um entendimento de como a temática ambiental se insere na organização. Para Mary Douglas, as instituições em si não têm propósitos, objetivos, pois somente os indivíduos podem elaborar estratégias conscientemente (DOUGLAS, 1998).

Contudo, ao analisar o funcionamento das instituições Mary Douglas registra o quanto os seres estão sujeitos às convenções sociais e ressalta que a independência intelectual, defendida pela filosofia moral, é algo a ser conquistado através da resistência dos indivíduos



28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGET
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
TEMA 2015
Otimização de Recursos e Desenvolvimento



ao procurar descobrir como o controle institucional é imposto à mente dos mesmos (DOUGLAS, 1998).

A pesquisa foi realizada a partir de levantamento e revisão bibliográfica para identificação do objeto de pesquisa e construção teórica. O estudo de caso contou com a leitura documental dos registros de práticas socioambientais realizadas por Organizações Militares da Marinha do Brasil e da observação de caráter etnográfico, participando do planejamento das atividades a serem empreendidas pelas Organizações e nas reuniões após as atividades.

A pesquisa documental, por intermédio da análise de conteúdo, trás subsídios importantes para a pesquisa, pois, “há de se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados como os documentos substituem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica” (GIL, 2006, p. 46).

A etnografia é a ferramenta metodológica fundamental utilizada nas pesquisas antropológicas, mas nesta pesquisa será utilizada de maneira não convencional, pois se trata de uma pesquisa qualitativa na área de Gestão. Não há a pretensão de desenvolver uma etnografia, mas sim de utilizar alguns preceitos metodológicos da Antropologia como a descrição e a observação do cotidiano estudado (MINAYO, 2007).

5.1. MARINHA DO BRASIL

As Forças Armadas do Brasil são constituídas pelo Comando da Marinha, pelo Exército Brasileiro (EB) e pela Força Aérea Brasileira (FAB), instituições nacionais, permanentes e regulares que têm como missão constitucional zelar pela defesa da Pátria, pela garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa destes, da lei e da ordem.

O Comando da Marinha é o órgão da União responsável pela Marinha do Brasil (MB). O órgão foi criado em 10 de junho de 1999, através da extinção do Ministério da Marinha e sua respectiva transformação em Comando. Está diretamente subordinado ao Ministro da Defesa e é comandado por um Almirante-de-Esquadra nomeado pelo Presidente da República.

A missão primordial da Marinha é garantir a defesa da Pátria juntamente com as demais Forças Armadas. Para o cumprimento de sua missão constitucional a Marinha deve preparar e aplicar o Poder Naval. Cabe ainda à Marinha, como missão secundária, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República (BRASIL, 2011a; BRASIL, 2011b).

Como o Brasil não possui um órgão exclusivo para organizar, fiscalizar e orientar a Marinha Mercante e policiar a costa brasileira e águas interiores, ela também exerce o papel de "Guarda Costeira". Estas funções são definidas como atribuições subsidiárias particulares e são discriminadas a seguir: - Orientar e controlar a Marinha Mercante e suas atividades correlatas, no que interessa à defesa nacional; - Prover a segurança da navegação aquaviária; - Contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar; e - Implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, no mar e nas águas interiores, em coordenação com outros órgãos do poder executivo, Federal ou Estadual, quando se fizer necessária, em razão de competências específicas (BRASIL, 2011a; BRASIL, 2011b).

Sua visão de futuro é: “A Marinha do Brasil será uma Força moderna, equilibrada e balanceada, e deverá dispor de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais compatíveis com a inserção político-estratégica do nosso País no cenário internacional e, em sintonia com os anseios da sociedade brasileira, estará permanentemente pronta para atuar no mar e



28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGET
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
TEMA 2015
Otimização de Recursos e Desenvolvimento



em águas interiores, de forma singular ou conjunta, de modo a atender aos propósitos estatuídos na sua missão” (BRASIL, 2011a, p. 3-2).

A Marinha conta atualmente com um efetivo de aproximadamente 60.0000 militares dispostos em mais de 300 Organizações Militares (OM) (BRASIL, 2011b) distribuídas pelo território nacional em nove distritos navais. As OM são agrupadas em operativas, ou seja, aquelas precipuamente destinadas ao emprego de meios em operações militares em geral. São elas: os meios navais (como navios e submarinos), meios aeronavais, Fuzileiros Navais e Forças Especiais como o Grupamento de Mergulhadores de Combate.

As demais OM, administrativas ou de apoio, visam a contribuir para o sucesso das operações militares, fornecendo o necessário auxílio para a atividade fim da instituição. Por conseguinte, é formada toda uma rede de suporte com OM de pesquisas, hospitais, bases navais ou aeronavais, depósitos diversos (depósitos de gêneros alimentícios, peças sobressalentes, fardamento e combustíveis, por exemplo), laboratório farmacêutico, centro de munição, estabelecimentos de ensino para diversos postos ou graduações, adidâncias navais, sanatório naval, arsenal de marinha e várias outras OM.

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

As práticas analisadas, a partir do registro documental, foram divididas para o público interno e público externo. Para o público interno as atividades estão relacionadas, em sua maioria, ao meio ambiente, com a finalidade de estimular hábitos que contribuam para a preservação do meio ambiente por parte da tripulação (conjunto dos marinheiros, Oficiais e Praças, de um navio, todavia, a expressão também é empregada para as Organizações Militares de terra), de acordo com os dados constantes do quadro 1.

Quadro 1: Práticas socioambientais para o público interno.

ATIVIDADE	AÇÃO	JUSTIFICATIVA
Lixeira para descarte de pilhas e baterias	Aquisição de lixeiras	Sabe-se que as substâncias encontradas no interior de pilhas e baterias são tóxicas e prejudiciais ao meio-ambiente e à saúde. Se não forem descartados corretamente, esses materiais correm o risco de amassar ou estourar, deixando vaziar o líquido tóxico de seus interiores. Portanto, a utilização de uma lixeira específica para tal finalidade visa evitar que possíveis danos físicos ao material descartado se configurem em risco e contaminação para o meio-ambiente e, conseqüentemente, para os seres humanos.
Regata Ecológica ¹	Coleta de lixo da Baía de Guanabara	Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente (DMMA), principal celebração das Nações Unidas que busca estimular a ação e conscientização sobre o meio ambiente.
Programa “Papa pilhas/Baterias”	Aquisição de coletores para pilhas e baterias e afixação de cartazes	Conscientizar a tripulação e o público externo sobre a importância do assunto e contribuir com a adequada destinação desses materiais, cujos resíduos tóxicos trazem riscos ao meio ambiente e à saúde pública, incutindo em todos a filosofia da responsabilidade pessoal e coletiva, sustentabilidade e preservação da vida humana.
Sistema de captação de água da chuva	Instalação de um reservatório com a capacidade de 3.600 litros	Reduzir o consumo de água potável e conseqüentemente os gastos, e ainda preservar o meio ambiente reduzindo a escassez dos recursos hídricos.



28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGET
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
TEMA 2015
Otimização de Recursos e Desenvolvimento



Palestra sobre o impacto da Operação Lei Seca na Sociedade Fluminense	Conscientização do público interno	Conscientizar o público interno a respeito dos danos causados pela combinação bebida e direção.
Palestra sobre o câncer de mama	Conscientização do público interno	Fomentar a importância da detecção precoce do câncer de mama.

Legenda: 1 - O evento também contou com a participação das seguintes Instituições: Instituto Baía de Guanabara, Laboratório de Mamíferos Aquáticos e Bioindicadores – MAQUA (UERJ), Projeto Graef, ONG Guardiões do Mar, Equipe da Recicloteca, Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, Escola Estadual Fernando Magalhães e as Escolas Municipais Deodoro e Profª Lúcia Maria Silveira Rocha, que abrilhantaram a regata com exposições e oficinas relacionadas às questões ambientais. Foram coletados 363 Kg de resíduos.

As práticas listadas no quadro 1 apresentam um caráter predominante ambiental, cerca de 60% das atividades identificadas e 40% relacionadas à questões de saúde, ou seja social, o que implica numa preocupação com o próprio ser humano. Tais atividades indicam uma representação social vinculada, predominantemente, à natureza e aos problemas decorrentes do ambiente à saúde do indivíduo. Além disso, tais atividades não estão diretamente relacionadas com os exercícios e atividades militares, porém, as atividades militares causam impacto ao meio ambiente.

Para os militares, em relação à colocação de lixeira para descarte de pilhas e baterias, há a seguinte concepção: “as substâncias encontradas no interior de pilhas e baterias são tóxicas e prejudiciais ao meio-ambiente e à saúde. Se não forem descartados corretamente, esses materiais correm o risco de amassar ou estourar, deixando vazar o líquido tóxico de seus interiores. Portanto, a utilização de uma lixeira específica para tal finalidade visa evitar que possíveis danos físicos ao material descartado se configurem em risco e contaminação para o meio-ambiente e, conseqüentemente, para os seres humanos”.

Apesar do apelo ambiental fica implícita uma preocupação com o meio ambiente e com a saúde dos trabalhadores, ou seja, a Organização assume seu compromisso com o bem-estar dos seus servidores e uma postura ética. Tal perspectiva corrobora visão de Carrol *et al.* (2006), segundo os quais a responsabilidade ética refere-se a que as organizações tenham um comportamento de acordo com as normas, padrões e expectativas da sociedade.

Quanto à captação de água das chuvas, os militares ressaltam que a água é um “rico recurso captado terá fins domésticos, tais como torneiras de jardins, lavagens de calçadas e viaturas”. Com este sistema de captação os militares esperam reduzir o consumo de água potável e, conseqüentemente, os gastos e ainda preservar o meio ambiente reduzindo a escassez dos recursos hídricos.

Em relação à palestra sobre o câncer de mama cabe registrar que o objetivo não foi atingir apenas o público interno, mas também seus familiares. De acordo com o registro realizado pela Organização Militar: “o Centro Materno Infantil Enfermeiro Laércio Foss proferiu uma palestra nas dependências da Delegacia, sobre a importância da detecção precoce do câncer de mama, tendo como público-alvo a Família Naval. Esta atividade fez parte do “Outubro Rosa”, que consiste em diversas ações realizadas pelo Ministério da Saúde, órgãos e entidades que conscientizam a população sobre o assunto supracitado”.

Tais atividades corroboram entendimento de Young (2004), de acordo com este autor as organizações têm co-responsabilidade na solução dos problemas sociais e ambientais, pois



28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGET
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
TEMA 2015
Otimização de Recursos e Desenvolvimento



têm poder político e habilidade de mobilizar recursos financeiros e tecnológicos para desenvolverem ações que podem ser replicadas pelos outros atores sociais.

Em relação ao público externo as atividades realizadas pelos militares em prol da sociedade estão listadas no quadro 2. De acordo com os militares, as atividades têm como base principal as Responsabilidades Socioambiental, ética e de controle social, demonstrando o empenho da OM e de toda sua tripulação com o desenvolvimento social.

Quadro 2: Práticas socioambientais para o público externo.

ATIVIDADE	AÇÃO	JUSTIFICATIVA
Campanha de Doação de Sangue Voluntária	Identificar voluntários para doação	Levar voluntários para realizarem coleta de sangue, sendo respeitados os critérios que permitem ou impedem a doação de sangue, determinados por normas técnicas do Ministério da Saúde.
Doação de Alimentos ¹	Arrecadar alimentos para instituições carentes	Estimular o comportamento ético, implementando práticas voltadas para o crescimento social por meio de projetos e atividades sociais com comunidades.
Recreação para crianças do morro Chapéu Mangueira	Oferecer atividades de Recreação no campo de esportes e parque aquático	A Marinha do Brasil firmou uma parceria junto ao jornalista Ivan de Jesus Costa com o objetivo de manter viva, em crianças e jovens, a esperança de um futuro melhor. Dedicado à inclusão social, o jornalista organiza, desde 1999, a colônia de férias do morro Chapéu Mangueira.
Projeto “Uma Tarde no Museu”	Oferecer visitas guiadas ao Museu Naval	Oferecer visita guiada, com historiadores, pela exposição “O Poder Naval na Formação do Brasil”, Oficina de Arte e Educação.
“Projeto Cidade Limpa”	Realizar campanhas de Educação Ambiental (EA)	Conscientizar sobre os impactos que o descarte inadequado de lixo e a falta de responsabilidades com o ambiente podem causar principalmente o perigo aviário, é realizada uma campanha de educação ambiental (ciclo de palestras, Gincanas etc.).
Gincana Solidária ²	Arrecadar brinquedos	Levar bem estar ao próximo, incentivar a doação e colaborar com novas estratégias para o desenvolvimento social.
Dia da Bandeira	Realizar cerimônia alusiva ao Dia da Bandeira	Intensificar parceria entre as diversas instituições e a Marinha do Brasil, com o objetivo de ampliar a mentalidade estudantil ao culto aos símbolos da identidade brasileira e do nacionalismo.
Ação Cívico-Social (ACISO)	Prestar atendimentos médico-odontológico em crianças, adultos e idosos, gratuitamente	Dar apoio à população na área médico-odontológico.
Programa “Papa pilhas/Baterias”	Aquisição de coletores para pilhas e baterias e afixação de cartazes	Conscientizar a tripulação e o público externo sobre a importância do assunto e contribuir com a adequada destinação desses materiais, cujos resíduos tóxicos trazem riscos ao meio ambiente e à saúde pública, inculcando em todos a filosofia da responsabilidade pessoal e coletiva, sustentabilidade e preservação da vida humana.

Legenda: 1 - Foram arrecadados 600 Kg de alimentos. 2 - Foram arrecadados 972 brinquedos para meninos e meninas de diversas faixas etárias. Dentre as instituições agraciadas estavam a Casa Geração Vida, a Creche Lar do Anjo Rafael, o Lar Integrado Amor Puro, o Instituto Dr. March e o Projeto Criançando, todas responsáveis por amparar e cuidar de menores sem família no Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com as atividades listadas no quadro 2, percebe-se um forte apelo filantrópico. Tais atividades estão em consonância com o preconizado em parte ao postulado por Rothgiesser (2004) ao explicitar que filantropia é um investimento da organização em



28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGET
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
TEMA 2015
Otimização de Recursos e Desenvolvimento



ações pontuais periódicas, como campanhas de arrecadação de bens e alimentos, assim como as doações de ordem material.

Em relação às atividades sociais relacionadas aos atos de civismo e apoio de saúde, cabe registrar que são atividades em cooperação com as lideranças locais, para instigar o espírito comunitário do cidadão brasileiro, com o escopo de preparar a comunidade para auto-assistir e manter, em qualquer situação, a normalidade da vida comunitária, tal qual como preconizado por Simões (2010).

Essas atividades denominadas de ACISO, de caráter temporário, apresentam o objetivo de cooperar com as autoridades governamentais na solução de problemas que assolam a população e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento do espírito comunitário do cidadão brasileiro. Para Simões (2010) estas atividades não devem acarretar prejuízo para a atividade fim da Força, mas contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade.

Os profissionais militares e servidores civis participantes das ACISO na área de saúde e na região amazônica devem contribuir e estimular o reforço dos vínculos do paciente com sua comunidade, partindo da idéia que a saúde não se restringe apenas aos aspectos biológicos. É um imperativo que as atividades ofereçam subsídios para que as lideranças desempenhem fortemente o seu papel de agentes transformadores de suas comunidades, tal afirmação também corrobora entendimento de Simões que analisou as ACISO realizadas pelo Exército na região do Amazonas.

7. CONCLUSÕES

A Marinha do Brasil há muito tempo contribui para o bem-estar da sociedade em algumas regiões do País, onde, muitas vezes, o Poder Público não se faz presente. Os resultados obtidos, neste estudo, indicam que as práticas socioambientais realizadas pelos militares possuem enfoques filantrópicos e ambientais, e estão relacionadas às atividades isoladas de algumas organizações militares, não sendo a totalidade da Força Armada.

Todavia, em consonância com Simões (2010), a princípio quem age com responsabilidade social assume postura adequada para o desenvolvimento sustentável e contribui para a melhoria do ambiente, trazendo benefícios a todos e sendo merecedor de elogios e de admiração social.

Os resultados desta pesquisa não podem ser generalizados por representar uma parcela das atividades realizadas pelos servidores civis e militares da Marinha do Brasil, mas podem fornecer subsídios para pesquisas futuras e possíveis comparações com as atividades realizadas pelas demais Forças Armadas do Brasil e de outros países.

A pesquisa conclui que a falta de divulgação e mensuração das atividades socioambientais realizadas pelos militares são entraves para o desenvolvimento sustentável, mesmo sabendo que os militares possuem prestígio e respeito junto à população. As atividades em prol da sociedade realizada pelos militares demonstram a seriedade, o respeito, a probidade, a dedicação e o profissionalismo, exercido pelos militares da Marinha, no exercício das suas funções constitucionais e de Responsabilidade Socioambiental.



28 · 29 · 30
de OUTUBRO

XII SEGET
SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA
TEMA 2015
Otimização de Recursos e Desenvolvimento



8. REFERÊNCIAS

ASSIS, K. G. Da filantropia à responsabilidade social. **Dissertação de Mestrado**, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos, 2010.

ATP (Associação Têxtil e Vestuário de Portugal). **Manual de Responsabilidade Social**. 2011. Disponível em: http://www.pofc.qren.pt/resourcesuser/2011_documentos/servicos_as_pme/manuais/20110715_manualatp_responsabilidadesocial.pdf. Acesso em: 11 de abril de 2015.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado Maior da Armada. **EMA-134- Manual de Gestão Administrativa da Marinha**. Brasília. 2011a.

_____. Marinha do Brasil. Secretaria Geral da Marinha. **SGM-107- Normas Gerais de Administração**. Brasília. 2011b.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

_____. **A gênese dos conceitos de habitus e de campo**. In: _____. O poder simbólico. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.59-73, 2002a.

_____. **Introdução a uma Sociologia Reflexiva**. In: _____. O poder Simbólico. Rio de 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.17-58, 2002b.

_____. **Lições da aula**. São Paulo: Ática, 1994.

CARROLL, A. B.; BUCHHOLTZ, A. K. Corporate citizenship. In: Business & Society. **Ethics and stakeholder management**. 6.ed. Ohio: Thomson South-Western, p. 30-64, 2006.

CMMAD (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento). **Nosso futuro comum. Relatório Brundtland**. Rio de Janeiro, FGV, 1991.

COSTA, J. F. S. O papel do Exército Brasileiro na proteção do meio ambiente. **Revista do Centro Regional de Cultura / Faculdades de Ciências Sociais Aplicadas do Sul de Minas**, Ano 05, v. 07, p. 45-59, 2005.

COSTA, J. F. S.; ANDERSEN, S. M.; OKI, C. S. Da Rio 92 à Rio + 20: a construção do pensamento acadêmico-militar sobre o meio ambiente. **Hiléia: Revista do Direito Ambiental da Amazônia**, nº. 18, 2012.

DOUGLAS, M. **Como as instituições pensam**. São Paulo: EDUSP, 1998.

FERREIRA, A. B. de O. **Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GODÓI-DE-SOUSA, E.; PEDREIRA, L. S.; CAMPOS, H. H.; MATTERN, D. A Qualidade dos Relatórios de Sustentabilidade: uma Avaliação em Empresas do Ramo de Energia Elétrica. In: ENCONTRO ANPAD, XXXIII, Rio de Janeiro. **Anais...ENANPAD**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR662.pdf>. Acesso em: 11 de abril de 2015.

GONÇALVES, B. S. **Responsabilidade social empresarial nos processos gerenciais e cadeias de valor**. 2006. Disponível em: <http://www3.ethos.org.br/cedoc/responsabilidade-social-empresarial-nos-processos-gerenciais-e-nas-cadeias-de-valor-junho2006/#.VSSBpNzF8us>. Acesso em: 11 de abril de 2015.

JACOBI, P. R. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, v.31, n.2, 17, p. 233-250, 2005.

JACOBI, P. R. Educação Ambiental e o Desafio da Sustentabilidade Socioambiental. **O mundo da Saúde São Paulo**. Out/dez, 30 (4), p.524-531, 2006.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à Administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MIRANDA, C. R.; LUCIANO, M. R.; SEVERINO, O. F. Responsabilidade Social nas Engenharias das Forças Armadas: o discurso da boa cidadania corporativa. **Pós em Revista**, n. 8, 2013. Disponível em: <http://blog.newtonpaiva.br/pos/e8-gest07/>. Acesso em: 11 de abril de 2015.

REZENDE, I. A. C.; SANTOS, L. S. R. Análise da rentabilidade e performance dos investimentos socialmente responsáveis: um estudo empírico no mercado brasileiro. In: ENANPAD, 30., 2006, Salvador. **Anais...Rio de Janeiro: ANPAD**, 2006. CD-ROM.

ROTHGIESSER, T. L. **Sociedade Civil. A sociedade civil brasileira e o terceiro setor**. São Paulo, 2004.



SANTOS, E. C. R. M. **Responsabilidade Social ou Filantropia?** Curitiba: Sanare, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SIMÕES, J. C. M. Responsabilidade Social: Exército Brasileiro nas Ações Cívico Sociais na Região Amazônica. **Monografia de especialização em Gestão Pública.** Universidade Cândido Mendes, 2010. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/c205866.pdf. Acesso em: 11 de abril de 2015.

VIOLA, E. A dinâmica do ambientalismo e o processo de globalização. **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo, Seade, 6(1), 1992.

VIOLA, E.; LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: Hogan, D. J. & Vieira, P. F. (orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável.** 2 ed. Campinas, Unicamp, p. 73-102, 1995.

YOUNG, R. Dilemmas and advances in corporate social responsibility in Brazil: the work of the Ethos institute. **Natural Resources Forum**, v.28, p.291-301, 2004.